
INFÂNCIA E PATRIMÔNIO MATERIAL CULTURAL INFANTIL NO TERRITÓRIO DE MAIORIA AFRODESCENDENTE: BOM JUÁ, SALVADOR/BAHIA.

Rosivalda dos Santos Barreto¹

RESUMO

Esse artigo é parte da pesquisa em andamento na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, cujo tema é Patrimônio Cultural, Infância e Identidade no Bairro do Bom Juá: Salvador-BA. Busca destacar as filosofias subjacentes ao Projeto Pedagógico da Escola Comunitária de Bom Juá e os objetivos do Projeto Cidade Educadora da Editora Aymarã. Assinala o "bairro" como de maioria afrodescendente e propõe a utilização do patrimônio cultural material infantil e o da comunidade para dinamizar o processo educativo, adequando o conteúdo à realidade e ao fazer discente. A metodologia é a afrodescendente de pesquisa. Conclui que a filosofia da escola se baseia na teologia da libertação e as correntes teóricas subjacentes à pedagogia da escola devem ser revisadas contemplando o patrimônio material cultural infantil para a implementação da lei 10.639/03.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Afrodescendência; Patrimônio de Maioria Afrodescendente; Cultura de base africana.

ABSTRACT

This article is part of an ongoing research at the Faculty of Education, of the Federal University of Ceará, whose theme is Childhood Cultural Heritage and Identity in the Neighborhood of Bom Juá: Salvador-BA. The research seeks to highlight the philosophies underlying the educational project of the Escola Comunitária de Bom Juá and Cidade Educadora of Aymara Publisher. It points out the fact that the "neighborhood" is mostly made up of african descendants and proposes the use of children's material and cultural heritage of the community to boost the educational process, the context content to reality and to make students. The methodology used for the research is framed by an emphasis on african descent heritage. It concludes by pointing out that the current theories which permeate the pedagogy of the school should be revised to include the children's heritage in the educational programmes and ensure the implementation of the law 10,639/03.

KEYWORDS: Education; African ancestry; African Ancestry Majority Territory; African based culture.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da FACED/UFC. Semestre 2010.2. Linha de Pesquisa: Movimentos. Sociais, Educação Popular e Escola. Eixo temático: Sociopoética, Cultura Popular e Relações Étnico-raciais. Fonte financiadora PROPAG/CAPEL. E-mail:rosivaldab@bol.com.br



O presente texto explicitará as filosofias subjacentes ao Projeto Pedagógico da Escola Comunitária de Bom Juá, da rede municipal de educação de Salvador simultânea aos objetivos, do Projeto Cidade Educadora da Editora Aymar, na sua perspectiva da educação para todos; justificar o “bairro” como de maioria afrodescendente e propor uma pedagógica afrodescendente que utilize o patrimônio cultural material infantil para dinamizar o processo ensino/aprendizagem, contextualizando o conteúdo à realidade e fazer discente. O patrimônio cultural é o elemento através essa investigação identificará o legado africano a partir da afrodescendência, visto que o bairro é um território de maioria afrodescendente, para que os professores sensibilizados promovam um processo educativo significativo, que contribua para a implementação da Lei 10.639/03 e promova uma educação antirracista. Apresentarei sucintamente a formação da cidade, a comunidade e criação da Escola Comunitária de Bom Juá. Também como se construiu nossa africanidade e a importância das várias formas de movimentos sociais, desde a manifestação festiva à organização socioreivindicatória da comunidade. Em seguida as bases filosóficas e teóricas que embasam o projeto pedagógico da escola anteriormente citada e as do Projeto Cidade Educadora da Editora Aymar.

A CIDADE

Eles queriam o mundo só de azul, só de azul, só de azul, só de azul [...] mas o poder que vem do alto não planejou assim e nós crescemos, nos espalhamos e aqui vamos nós, caminhando em cada esquina, em cada praça, nos becos da cidade [...] mesmo que o rádio não toque, mesmo que a TV não mostre aqui vamos nós cantando reggae, aleluia Jah [...]” (Edson Gomes)

O verso acima, de imediato pode não representar nada em relação ao que será escrito, mas tem um significado importante para compreender a imigração do afrodescendente brasileiro. Essa representada pela ausência de direito à posse da terra, de residência fixa, pela migração de região para região e de bairro a bairro, dentre outras questões econômicas e políticas. Ao sistema escravocrata não interessava o africano e sim o

que ele representava para gerar a riqueza e movimentar a economia na colônia. As mortes em detrimento dos maus tratos e as doenças advindas dele nunca despertaram comoção no escravizador. Mesmo assim diante da complexidade da escravidão no Brasil e as várias formas que homens e mulheres negras agirem para se manterem no comércio os conferiram posses. Os donativos à Irmandade do Rosário dos Pretos comprovam e a pesquisa de campo indica que grande parte da população negra tinha bens como terra, casarões, matadouros e açougues. Os negros trabalhavam em diversos ofícios. No pós-abolição, a tentativa de exterminar o legado africano, os afrodescendentes deixando-os desterrados, paulatinamente excluídos da sociedade, segregando-os nas periferias das cidades brasileiras, foi um projeto elaborado pelo estado brasileiro a partir da república. Trouxe como consequência o empobrecimento da população negra.

No século XIX Ramos (2007) nos informa que os afrodescendentes ocupavam os centros urbanos e as seguintes profissões: liteira, ou palanquins, carregadores de água, cargas diversas, de cadeiras; lenheiros, recolhedores de detritos, cavoeiros, oleiros, carpinteiros, caldeireiros, funileiros, remadores, marinheiros, curandeiros, erveiros, pescadores, vendedores(as), vendedoras de tecidos, costureiras, remadores, engomadeiras, rendeiras, bordadeiras, artesãos, marceneiros, barbeiros, chapeleiros, alfaiates, tecelões, moldistas, escultores, ourives, músicos que fundaram até blocos carnavalescos (RAMOS *apud* CUNHA JR 2007).

Ainda em Ramos (2007) no século XX as mulheres eram banqueteiras, os homens gráficos, engenheiros, maestros, médicos práticos, arquitetos, advogados entre outras profissões e trabalhadores escravizados na indústria têxtil. Não justifica então dizer que os negros não se adaptavam ao trabalho no pós-abolição. Depois da Lei Aurea havia barreiras impeditivas para ascensão dos afrodescendentes em determinadas funções se acirrando na república, depois dela inclusive: não votavam nem podiam ser eleitos, e se votassem deveriam provar uma renda mínima, só podiam ser servidores públicos se votassem, não poderiam ser ministros, bispos, delegados, juiz, diplomata. Poderiam ser vereadores, servir o exército e a marinha ou Guarda Nacional. Não poderiam ser oficiais, os direitos políticos

eram reservados aos libertos brasileiros. Vale ressaltar que os que não conseguiam trabalhar eram considerados vagabundos².

As ruas eram espaços de diversão dos negros e terra de ninguém para a elite. O modelo francês de urbanização promoveu a expulsão dos afrodescendentes dos centros urbanos, o local onde esta população residia, sobrevivia a trabalhava. Com o acirramento da imigração europeia os centros urbanos foram se modernizando dando início às demolições, esses moradores foram expurgados para as periferias e morros insalubres, sem nenhum tipo de assistência social, a custo do ideal eugênico de: modernização, normatização, moralização dos costumes, a imoralidade estava ligada a forma de viver dos afrodescendentes.

Os jornais transmitem exaustivamente o desempenho do exército brasileiro no combate ao crime organizado. O que vemos no Rio de Janeiro é resultado das práticas eugênicas perpetradas na república, onde o governo brasileiro expurgou as/os afrodescendentes sem o mínimo de decência para as periferias, que atualmente se tornou uma bomba que está prestes a explodir a qualquer momento.

A operação policial no Morro do Alemão (Rio de Janeiro) e nos bairros³ periféricos de Salvador são outros exemplos. O resultado da dissertação de Wilma Reis: Atocaiados pelo Estado – As políticas de segurança implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações (1991-2001) comprova. Os moradores de Bom Juá, como muitos outros no Brasil tiram da natureza a força para sobreviver e reconstruir a africanidade, a qual nos faz resistir e crescer. Isso responde ao questionamento do samba Deus é Brasileiro do grupo Terra Samba,

² RACIONAIS E MC. 1000 Trutas 1000 Tretas. DVDRip/RMVB. Gravadora UNIMAR Music. 1:32:18: São Paulo. 2007. Esse trabalho expõe a organização da segregação racial e o resultado para a população segregada de São Paulo não se diferenciando em todo território nacional.

³ A existência de bairro em Salvador é cultural porque não há limite estipulado por lei, dessa forma se trabalha com área de ponderação, que é uma unidade geográfica constituída por um agrupamento de setores censitários, que pode abranger um ou mais "bairros", visto que na legislação vigente não existe a delimitação de bairros, o que segundo o IBGE (2005) dificulta aquisição de dados para essa unidade territorial. Toda vez que a palavra bairro não estiver entre aspas, não falo de Salvador. A lei de bairro data de 15/06/1960 cria 32 bairros, depois dessa data fica o que foi descrito anteriormente.

Onibus lotado/ Povo apertado/Será que na vida/Tudo é passageiro/Um calor danado/Povo sem dinheiro/Tenho lá minhas dúvidas/Se Deus é brasileiro...Ôôôôô. Deus não pega ônibus/Nem lotação/Mas deve ouvir pedidos/E reclamação/Não tem nem/cor nem sexo/Nem estado civil/Coitado se ele for/O gerente do Brasil.../Me disseram que ele está/Em todo lugar/Nas filas, nas calçadas/Nas antenas e no ar/Não vou fazer pedidos/Nem lhe agradecer/Se Deus está na Terra/Ele vai ter que responder.../Ôôôôô.

Não leve a mal/Tudo bem ô, rapaz!/Ei você ai de cima!/Entre outras coisas/Que eu quero saber/Por favor, me ensina/Como esse povo que sofre/Com fome, que passa mal/Vai batucar na panela vazia/E fazer carnaval... Ôôô meu Deus/ Eu so quero entender.

A COMUNIDADE

O Bom Juá, localizado na cidade de Salvador-Bahia é um território de maioria afrodescendente, local onde encontramos a maioria dos afrodescendentes tendo como características principais a perpetuação da pobreza; o racismo antinegro estrutural, espaço urbano formado por autoconstruções e cultura, identidade, terra e território com base na matriz africana (CUNHA JR, 2007, p. 167). Nesse local estão as duas escolas a serem investigadas a Amigos do Rei e Comunitária de Bom Juá. É digno de nota que deitarei meu olhar sobre o Projeto Pedagógico da segunda escola supracitada, que segundo seus professores seguem as Diretrizes Curriculares para a inclusão da História da Cultura Afro-brasileira e Africana do sistema Municipal de Ensino de Salvador.

Os dados da pesquisa demonstraram que a existência de características relacionadas ao legado africano na comunidade, poderá ser um indicativo para uma proposta de trabalho que vislumbre uma pedagogia afrodescendente, não universalista e não eurocêntrica. Essa deverá ser aberta a recriações se propuser rememorar a história da comunidade, utilizando-a para dinamizar significativamente o processo educativo e possa uma vez imanente para a maioria dos docentes, modificar sua práxis pedagógica, visto que esses educadores constantemente reclamam do desinteresse na aprendizagem e da indisciplina dos educandos.

A formação população afrodescendente em Salvador e justifica o seu quantitativo no Bom Juá, mostrando que é indiscutível a existência uma cultura de base

africana. Para o entender Bom Juá é necessário conhecer a formação da cidade de Salvador e o que subjaz sua africanidade. Para a Bahia imigravam através do tráfico escravista criminoso incessantemente milhares de africanos. Viana Filho (2008, p 143-154) aponta que na Bahia existiam 2.715.155 negros até o ano de 1852, dados corroborados por Nina Rodrigues (2004, p. 29) para a população brasileira, sendo 1.045.000 brancos; 788.728.000 negros e 259.000 índios. No Recôncavo baiano nesse mesmo período 86% da população era negra e Bom Juá resulta da migração do Recôncavo, logo partindo dos dados anteriores é incontestável reconhecer uma cultura de base africana. Atualmente o IBGE apresenta os seguintes dados para Salvador em 2010, pardos, 63,4%; brancos 20,3%; pretos 15,7%; amarelos e indígenas 0.6%. É notória a “minoría” dos pretos de acordo com a meta da não esquecida ideologia da mestiçagem e do embranquecimento em detrimento ao reconhecimento da afrodescendência, uma complexidade que extrapola o fenótipo, englobando o legado africano, o espaço urbano afrodescendente, convivência coletiva, as carências do bairro e as heranças materiais e imateriais aliados aos aspectos religiosos, culturais, identitários e raciais (CUNHA JR, 2007, p. 62-87). Vejamos, se os pardos são “maioria”. Os pretos minoria. Pensemos! Ora, pretos e pardos não são afrodescendentes? Quem é a maioria? Os afrodescendentes.

Como afrodescendentes guardamos africanidades, que são reprocessamentos pensados, produzidos no coletivo e nas individualidades, que deram novo teor as culturas de origem africana (CUNHA JUNIOR, 2001). É a produção do novo. O que vejo representado pelos gêneros musicais, irmandades, culinária, e os movimentos sociais negros que em Salvador corporificou-se com o Grupo União e os blocos afro Ilê Ayiê, Olodum Muzenza, Malê de Balê e Afoxés Badauê, Okambi, Monte Negro, Bankoma etc. Esses grupos forma inspiração em Bom Juá para a formação do grupo Turma do Veneno e Ganzá tiveram como inspiração os grupos anteriormente citados. A estética afrodescendente, inclusive os cabelos naturais, antigo alvo de críticas negativas se valorizaram, com as tranças e os cabelos black power. Ganharam relevo nesse bojo veio a discussão e o acirramento do movimento social negro, trazendo embutido nele a política de recorte racial, o que fez emergir o racismo que habitava o inconsciente da sociedade soteropolitana. Os negros enfrentaram o racismo onde

a música e os blocos afros foram elementos propulsores de modificações nas mentalidades afro-soteropolitanas, com isso sofreram severas críticas de serem racistas ao contrário, ao que na verdade eram reconstrutores e resignificadores da cultura de base africana.

O território de maioria afrodescendente não é 'só de azul' e 'de barriga vazia' se luta e não se perde a alegria. Alegria não é uma reconstrução, nem alienação, é a africanidade latente, mover-se no desafio sem vitimização, um motivo para concretizar o sonho de um mundo melhor frente ao descaso dos poderes públicos soteropolitanos. Continuamos caminhando enfrentando as dificuldades desde o tráfico iniciado antes do século XI d.C para o Oriente Médio e Ásia Meridional, perpetrado pelo europeu em sua forma desenfreada e criminosa a partir do século XVI, depopulando o continente africano. Uma verdadeira hemorragia extraordinária de dezenas de milhões de pessoas (MOORE, 2008, p. 11-104). Esse autor visibiliza também o colonialismo europeu impedindo a união africana por interesses políticos e econômicos, assim como assassinando vários líderes africanos.

Tomemos como exemplo, no final da década de 70 início da de 80, no Engenho Velho de Brotas, Largo dos Artistas, onde acontece as apresentações culturais, acontecia um Concurso de Sambões⁴, festival exitoso que concentrava a atenção de outros bairros periféricos da cidade. Podemos dizer que nesses festivais foi estimulada a retomada da consciência negra em Salvador. Nesse evento desfilavam vários grupos de samba junino do próprio bairro e adjacências. O Grupo União, composto pelos os irmãos Jorjão (ex-músico da banda Ara Ketu), Mário e Jacira Bafafé (primeira rainha do Ilê Aiyê e primeira mulher negra a cantar música afro na Bahia) fundadores do Afoxé Okambi e Badauê, organizavam a festa no período de 23, 24, 28 e 29 de junho. O encerramento nos dois últimos dias (São Pedro) acontecia paralelamente na casa de D. Filhazinha⁵ com os sambas Mata o Velho e outros.

⁴ Esses tinham um ritmo diferente, mais rápido e frenético; os instrumentos utilizados eram essencialmente timbaus, pandeiros e cuíca. Os grupos eram: Leva Eu, Mata o Velho, Querosene, Jaké (Engenho Velho de Brotas). Prego Duro (Fazenda Grande do Retiro) entre outros de sucesso na época. Daí então o incontestável sucesso na mídia da axé music e dos intérpretes brancos interpretando músicas de compositores negros. A visibilidade de Ivete Sangalo e Bell Marques contrastando com a invisibilidade de Margareth Menezes e Lazzo Matumbi é notória.

⁵ Essa era a minha avó, e era de costume dizer - São João é lá em cima e São Pedro na casa de D. Filhazinha.

Atualmente o Grupo União articulam desde o ano 2000 a Federação de Samba Duro Junino do Estado da Bahia.

Outras experiências são reportadas por Cunha Junior (2001) em outros países diaspóricos e as semelhanças entre o fazer desses e do Brasil tangível à forma de ser e nas criações dos afrodescendentes. Ele descreve o Grupo Street Band e sua reelaboração em Trindade e Tobago, que com barris metálicos tiram vários sons em instrumentos de vários tamanhos e formas. Chama-lhe a atenção serem instrumentos percussivos inexistentes na África e Europa. Assim como os timbaus, cuícas e pandeiros que embalavam os sambas no Engenho Velho de Brotas com um ritmo impetuoso e diferente, que embala a Timbalada⁶ na Bahia, diferenciando do som do atabaque, utilizados no candomblé, que guardam sons diferentes no Rum, Pi e Lé⁷.

Esses sons são elaborados nas carteiras das salas de aula e nos ônibus, reproduzidos num prato de louça no samba de roda em Santo Amaro da Purificação. Enfim o que fazemos disso na sala de aula? Muitas vezes repreensão e silenciamento das vozes, saberes e fazeres que possam ser transformados em *práxis* pedagógica. Minha experiência como educadora mostra que o batuque pode ser transformado em conteúdo, se nos libertarmos das pedagogias e metodologias universalistas mentalizadoras de uma única história, uma sala, uma lousa ou quadro branco ou de giz, uma prova, um teste, um papel e uma caneta como único meio de aprendizagem.

A comunidade de Bom Juá continua caminhando e sobrevive como a fênix na dificuldade. Através de atividades que valorizem o legado africano, e o patrimônio cultural material e imaterial da comunidade se reconhecidos, são capazes de na escola, apontar os caminhos que dê continuidade à luta iniciada no bairro no final da década de 40, antes do acirramento militante dos movimentos sociais, a qual deu ao local vitórias e conquistas sociais dentre elas a Escola Xavier Marques e a Escola Comunitária de Bom Juá se inscrevem nelas.

⁶ Banda de negros que se destaca por conter grande quantidade de tambores denominados timbaus.

⁷ Nome dos atabaques utilizados na orquestra do candomblé cada um com uma especificidade sonora.

Juá é uma fruta. O nome do “bairro” rememora os Juás mais doces da região. Sua história inicia no final da década de 1940. Resulta do trânsito migratório de descendentes de africanos do Recôncavo baiano por questões econômicas e expulsão dos centros urbanos movidos pela modernização das cidades brasileiras. Com esses migrantes vieram a arquitetura, os laços comunais, a solidariedade, a formação de famílias extensas, que na África significa ter laços familiares que extrapolam a família nuclear: esposo, esposa e filhos. Esta relação resulta na família-aldeia responsável pela sobrevivência da comunidade. É esta unidade familiar garante a existência do grupo (OLIVEIRA, p. 56-57, 2003). A agricultura fazia parte desse cenário, a convivência coletiva e a religiosidade de matriz africana permanecem não “bairro”. Seus primeiros moradores eram pequenos agricultores, o que justifica as hortas e coincide com a pesquisa de Sousa Júnior (2005), quando classifica o trabalho da enxada como principal ofício dos escravizados do Recôncavo baiano, correlato à prática do candomblé. Nessa esteira justifica-se na década de 70 a inexistência de igrejas protestantes e a prática exclusiva da religião do candomblé (PELLEGRINI 1982 p. 69).

Degoli (2005-2006) em sua tese doutoral explicita a evolução significativa na profissionalização dos moradores de Bom Juá, mas no que toca a religiosidade africano-brasileira existe uma baixa pela modificação da ocupação urbana e escassez do mato e folhas que é a essência, transmissora de axé (força/energia), no candomblé – sem folha não há orixá (LUZ, 2000). Atualmente existem duas igrejas Assembléia de Deus, uma Igreja Pentecostal Deus é Amor, Adventista do 7º Dia, Batista, Igreja Pentecostal Chama Viva do Espírito Santo, Igreja das Sete Lâmpadas Acesas, Casa de Oração, Apostólica do Espírito Santo, Católica e três Terreiros da Candomblé. O que podemos caracterizar como parte do racismo antinegro, que define a composição da cultura nacional, controle social das culturas e da eliminação de outras, neutralização da religião de matriz africana, e é uma construção científica (CUNHA JR 2011, p. 65-67).

Como moradora desse território não conseguia compreender a afetividade que sinto pela comunidade, nunca me motivei a sair para um lugar “melhor”. Em Bom Juá todos se conhecem e mantém os laços de solidariedade e respeito, no que os dados da pesquisa em andamento corrobora. Na década de 70 esses laços fizeram emergir as lutas sociais por

educação, saúde, saneamento básico, e energia elétrica que veio tardia e parcialmente na década de 80⁸, não por má sorte e ausência de reivindicação, por que existia a organização das Associação de Moradores Centro Social Fraternidade Bahiana, Federação de Associação de Moradores de bom Juá e Confederação de Associação de Moradores.

De acordo com os dados da pesquisa, podemos afirmar que na luta em prol de infraestrutura básica e implantação de políticas públicas a partir da década de 80 nos “bairros” de maioria afrodescendente, forma atores principais os moradores de Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro, Sussunga, São Caetano, Calabetão, Cabrito, Plataforma, Pau da Lima, Jaqueira do Carneiro entre outros. Também utilizaram estrategicamente para enfrentar o sistema ditatorial, a figura do Monge do Mosteiro de São Bento D. Timóteo Amoroso Anastácio elegendo-o presidente da associação de moradores de Bom Juá. Este exemplo é pontual para provar que não é mais possível teorizar sobre a pobreza, essa idéia data a década de 70. A pobreza é sim uma decorrência coletiva, produzida pelas relações políticas, que a novidade é que o espaço urbano é e sempre foi uma imposição étnica (CUNHA JR 2007, p. 65-66).

O Pe. italiano Renzo Rossi inimigo da ditadura e amigo dos presos políticos visitou o Bom Juá na década de 60. Vendo o descaso total dos poderes públicos para com esse “bairro”, uniu-se aos moradores numa luta que iniciou antes de sua chegada, na década de 1950. A garra desses moradores e constantes reivindicações resultaram na melhoria parcial das condições e a construção da Escola Xavier Marques, primeira escola pública da comunidade.

O Sr. Sérgio Camelli, amigo do Pe. Renzo formou a Opera e Fraternità Bahiana⁹ comprando a casa do Sr. Américo, na Rua José Alves e construiu uma casa que se tornou o centro comunitário. Ali funcionavam duas salas de aulas em turnos matutino e vespertino, visto que as salas de aulas e a Escola Xavier Marques não supriam a demanda. Diante da

⁸ Jornal Correio da Bahia, 20.11.81, p. 6.

⁹ A Opera Fraternità Bahiana foi constituída em 20 de junho de 1979, em Bolonha, por iniciativa do Professor Sergio Cammelli coadjuvado por Corna Pellegrini, Andrea Cammelli, Achille Corti, Frederico Miglio entre outros. A palavra baiana/o não é grafada com a letra [h], porém a Opera e Fraternità Bahiana adotou a palavra baiana escrita com a letra [h] de acordo com o idioma italiano. Logo, todas as vezes que a palavra estiver escrita com [h], refere-se à Associação de moradores de Bom Juá. <http://www.fraternitabahiana.org/home_sfumato.htm>. Acesso em: 29 nov. 2010.

crescente quantidade de crianças fora da escola, foram criadas outras salas no Centro Social onde hoje funciona o Posto Médico Comunitário de Bom Juá. Ao lado da 1ª Igreja foi construída a Escola João XXIII e a igreja reconstruída em outro local, para no espaço construir o prédio do pré-escolar. Nesse centro moravam as italianas voluntárias, entre elas Cristina Binardi, e lá funcionavam cursos de artesanato, corte e costura, manicure, aproveitamento de retalhos¹⁰ e fuxico (uma espécie de aproveitamento de retalho diferenciada) e serviço de saúde.

Fui morar em Bom Juá na década de 60 e alfabetizei-me em concomitância com minha tia e D. Damiana que morava em uma casa autoconstruída à beira do riacho. As formas possíveis para educar a população negra foram adotadas pela comunidade, na informalidade, o que é demonstrado o descaso histórico pela política educacional brasileira e racismo criminoso antinegro, comprovado no artigo 45 da LDB 5692/71,

As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar mais economia para a o atendimento do objetivo. (ROMANELLI, 1978, P. 248).

essas escolas ou outra iniciativas constituídas em “bairros” periféricos não teriam assistência, justifica-se de certo modo o percentual imenso de crianças fora da escola em Bom Juá. Isso culminou no fechamento da Escola São Jorge, primeira escola particular do “bairro”.

As pessoas voluntárias da Opera na Itália reuniram fundos e compraram terrenos onde foram construídos posto médico, creche, escola e biblioteca a fim de transformá-lo num bairro normal. Mas o que subjaz(ia) nessa situação é(era) o descaso do governo baiano, ou seja, perpetrar com perspicácia o etno-genocídio da população negra, desde o pós-abolição com a imigração europeia, a urbanização das cidades e a desassistência aos afrodescendentes e a Lei do Ventre Livre e do Sexagenário. Essas duas leis transformaram os

¹⁰ Esse curso gerou um mercado de confecção de bolsas para importação e lojas da cidade de Salvador, e uma ex-aluna, desse curso é a proprietária da Edlita Retalhos Bahia - Brasil.

velhos e crianças descendentes de africanos no Brasil em desvalidas (sem valor), entregues ao abandono. Como resistimos incólumes, não morreremos sem que o criador nos chame, o governo tenta nos exterminar como nos morros do Rio de Janeiro, permitindo o tráfico de drogas nas periferias das cidades, numa zona de conflito onde os traficantes se matam e matam. E o governo mantém a “segurança” “protegendo” a população. De acordo com a Revista Carpa Capital, março de 2011, na matéria ecos da escravidão, denuncia que o assassinato de negros em Salvador aumentou em 439%.

A Associação Centro Social Fraternidade Bahiana reconhecida oficialmente no ano de 1970, por meio de reivindicação conseguiu a dignidade para essa população. Foram municipalizadas a creche que se transformou em Centro Municipal de Educação Infantil Casa da Criança, a Escola Comunitária de Bom Juá e o Posto Médico de Bom Juá. Na década de 90 começou a funcionar no prédio da biblioteca o Projeto Gente Nova, reforço escolar para crianças do 5º ao 6º ano, contudo a crise financeira mundial causou o encerramento dessa iniciativa no ano de 2010. Atualmente os moradores do “bairro” tem acesso a TVs fechada, aberta e a cabo; internet a cabo e sem fio; antenas parabólicas e a cabo; rede de esgoto Bahia Azul e mais três escolas particulares. Como se explica esse bairro permanecer um bairro subnormal, um local abandonado à pobreza, baixa cultura e profissionalização, casas autoconstruídas, é o reflexo da “imigração selvagem” e o baixíssimo nível de renda e de consumo. À medida que as famílias vão adquirindo condições financeiras melhores vão para os bairros normais. As condições precárias deixadas são assumidas por outros fluxos migratórios (PELLEGRINI, 1982, p. 35-40). Atualmente de acordo com a pesquisa, esse conceito muda em alguns aspectos, não existem mais a “imigração selvagem”, o desejo de migrar para outros bairros. O movimento social característico da comunidade colaborou na mudança do quadro.

Algumas medidas que poderiam sanar os problemas da população persistem: o lixo continua nas ruas, canal de esgoto deixado a céu aberto, violência policial perpetrada, as moradias como em Carapicuíba - SP resultam “[...] num conjunto de casas com um colorido de tendências ocre, marrom, terra e cinza que colorem os bairros com a cor-a-esperança de um dia terminar a casa própria” (SOUSA 2010, p. 57). Não são todos os bairros normais que

abriga o patrimônio físico e cultural de Bom Juá. Mas, ele é um território de maioria afrodescendente, portanto guarda algumas características próprias no que concerne a esse conceito.

O trânsito migratório não é uma particularidade de Bom Juá. Em Carapicuíba ele compreende a mesma década de Bom Juá pelos mesmos motivos. Certamente podemos arriscar afirmar o descaso do Estado brasileiro com a população descendente de africanos, visto que a maioria dessa população mora na periferia, nas favelas. Os morros do Rio de Janeiro, reitero são modelos. Conforme depoimento das senhoras participantes de pesquisa de Sousa (2010), as pessoas nessa cidade migraram do interior paulista para as periferias das cidades, pela baixa produção agropecuária em seus locais de origem, pelo crescimento industrial e expulsão do centro de São Paulo pela especulação imobiliária (SOUSA, 2010, p.26). A urbanização desde a república tomou um caráter eugênico, normativo, organizador e legal de forma que empurrou para as periferias a população afrodescendente (RAMOS, 2007, p. 97-120). Isso não me parece um mero acaso e sim uma medida orquestrada para marginalizar e isolar os afrodescendentes nos guetos.

Como em Carapicuíba, temos uma história em comum, não um acaso e sim uma história de diáspora desde que nossos antepassados imigrantes forçados da África no tráfico transatlântico e sofreram o escravismo o racismo criminoso. Concordo que não é a raça que nos unifica. É a história comum. O Espaço urbano nos unifica; ele é histórico (CUNHA JR, 2007).

A ESCOLA

A Escola Comunitária de Bom Juá se localiza no “bairro” do mesmo nome, e este se localiza num vale entre São Caetano, Arraial e Fazenda Grande do Retiro, Goméia¹¹, Jaqueira do Carneiro, Marotinho de Bom Juá, margeado pela BR 324. No início, quando funcionava no centro social se chamou Escola Beneficente Recreativa, depois pelo

¹¹ Neste local existia o terreiro de Joãozinho da Goméia (1914-1971) um dos maiores e respeitados sacerdotes do culto afro-brasileiro de Salvador até o início da década de 70.

voluntariado dos moradores e atividade da associação do “bairro” foi fundada a Escola João XXIII, no dia 9 de março de 1970. Com duas salas, uma cozinha e dois banheiros. O trabalho pedagógico ficou por conta de pessoas leigas da comunidade e a direção pela italiana Cristina e Dejanira, liderança nata da comunidade.

No ano de 1973, a associação transformada em pessoa jurídica, firma um convênio que municipaliza a escola que recebe definitivamente o nome de Escola Comunitária de Bom Juá, atualmente funciona com 6 salas, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 pátio coberto e 06 sanitários. Em 1971 a educadora Vanda, moradora do “bairro” da Sussunga, inicia sua docência na Escola João XXIII e em 1976 assume a direção. O convite para o trabalho veio por ser considerada apta e conhecer a filosofia da associação de moradores e entender que os filhos das/os trabalhadoras/res negras/os deveriam ter educação de qualidade. Essa diretora trabalhava atenta ao que fazia sentido para aprendizagem das crianças, não seguindo diretamente os ditames da SMEC (Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer). Esse fato se assemelha ao do professor Pretextato que em 1825, no Rio de Janeiro, fez uma petição ao governo para atuar em sua escola, alegando partilhar da mesma história de discriminação e racismo das crianças, portanto poderia ensinar com liberdade sem coação (CUNHA JR, 2001). Sabia além de tudo que esse ambiente não corroborava para a aprendizagem, portanto era negativo para o desempenho escolar.

FILOSOFIAS SUBJACENTES AO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA COMUNITÁRIA DE BOM JUÁ E PROJETO CIDADE EDUCADORA DA EDITORA AYMARÁ

A preocupação dos moradores ao inaugurar a Escola Comunitária de Bom Juá era que o direcionamento municipal acompanhasse a filosofia da associação de moradores que é, promover o homem numa visão integral e cristã de vida para o desenvolvimento harmônico do indivíduo num aspecto cultural, espiritual social e físico. O projeto pedagógico da Escola Comunitária contempla como marco filosófico, defender objetivos dos familiares, professores(as), funcionárias/os e administração. Alegria de viver, compreensão, AMOR

FRATERNAL, sinceridade, RESPONSABILIDADE, companheirismo, RESPEITO, amizades, união, confiança, FÉ, PAZ, garra, cumplicidade e PRAZER. A Opera e Fraternità Bahiana se constitui a partir do trabalho em Bom Juá e traz em seu bojo,

[...] desenvolver iniciativa humanitária promovendo atividade de caráter social e instrução profissional, a favor das zonas de depressão do estado da Bahia, no Brasil. Adoção à distância, educação escolar, assistência sanitária e ajuda ao estudo universitário.¹²

A filosofia da Escola Comunitária, associação de moradores e Opera e Fraternità Bahiana se coadunam. Daí surge as bases filosóficas da Escola em tela. A igreja católica, através de sua ala progressista e comunidades eclesiais de base optam pelos pobres, nesta empreitada os incentivos do Pe. Renzo, Paulo Tonucci, e leigas Maria Gorda, Maria Luiza Roscio, italianos e moradores da comunidade. As formas de organização popular nessa se deram pelas sociedades e associação de moradores. (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004; GOHN, 2005). No caso de Bom Juá tendo como base a igreja Católica.

Os movimentos sociais são impulsionados pelo discurso da teologia da libertação com as seguintes características, base social ampla, relativa homogeneidade, se organizam em entidades demarcadas, coletivas e por regiões geográficas, com sedes em paróquias, onde seus membros se engajam nas lutas sociais que envolvem os pobres e espoliados, a organização prima pelos direitos, baseados nos princípios da justiça e solidariedade (GOHN, 2005). Contudo essa organização popular não atentou que a situação vivida nos territórios de maioria afrodescendente é resultado do descaso com os bairros negros, onde mesmo com os investimentos realizados, a exemplo de Bom Juá. Neles os processos geográficos territoriais de controle da população de descendentes de africanos é um processo de desqualificação que podemos denominar de desqualificação social, indutores de práticas racistas no mercado de trabalho e no convívio social (CUNHA JR 2010, p.73).

A SMEC em 1973 municipaliza a Escola Comunitária, e após 27 anos de firmado o convênio, e escreve o projeto pedagógico, através do Plano de Desenvolvimento Estratégico

¹² [...] di sviluppare iniziative umanitarie, promovendo attività di carattere sociale e di istruzione professionale, a favore delle zone depresso dello stato di Bahia in Brasile. Adozioni a distanza; Educazione scolastica; Assistenza sanitaria; Aiuto allo studio universitario. <http://www.fraternitabahiana.org/home_sfumato.htm>. Acesso em: 29 nov. 2010.

definindo sua missão, estratégia, objetivos e metas. A diretriz atual é a concretização de ações básicas que visam garantir a permanência do aluno na escola e o sucesso de sua formação escolar, de modo a contribuir para a inclusão social e o exercício da cidadania em situação de igualdade. Contraditoriamente a Escola Casa da Criança está em reforma desde maio de 2010 e a Comunitária de Bom Juá desde a primeira semana de agosto de 2011¹³.

A Escola Comunitária tem como missão: garantir um ensino de qualidade visando o exercício da cidadania, através do estímulo à criatividade do indivíduo e respeito mútuo, preparando-o para os desafios da vida moderna. Traz como valores, oferecer um trabalho de qualidade que sirva de referência na comunidade; respeitar a comunidade escolar enquanto sujeito de transformação social e visão de futuro, ser gradativamente uma escola de tempo integral contribuindo criativamente para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes respeitando as suas individualidades e garantindo a sua segurança. Atenta para a

[...] busca incessante da Paz e que sejam capazes de atuar na sociedade sendo justo, autônomo, questionador crítico, consciente, pacíficos, pacifista, afetivo, que sejam conceitual, física, psíquica e psicologicamente competentes, que consigam articular: conhecimento acadêmico e necessidade de vida, que sejam capazes de solucionar problemas e sair-se bem das adversidades e que sejam principalmente disciplinados. (Proposta Pedagógica da Escola Comunitária de Bom Juá, 2010)

Para responder a essas demandas adotou como Eixo Norteador para as ações pedagógicas a Pluralidade e Paz sem perder de vista os aspectos legais. Na tentativa de preencher as lacunas existentes no currículo no que toca a Cultura da Paz e Diversidade investem em projetos desenvolvidos para atender desafios: Projeto Escola da Paz, Mais Educação, Aluno Ouvinte e Escola e Arte da SMEC. As teorias que sustentam o projeto de acordo com seus idealizadores são a sócio-interacionista e os princípios metodológicos que permitam o aluno, aprender a aprender partindo do seu conhecimento. A SMEC adota o projeto Cidade Educadora, da Editora Aymarará. A coleção é intitulada transdidática, um conceito que segundo a editora não é definido academicamente. Afirma centrar-se nos objetivos do milênio da ONU. Estrutura-se com livros consumíveis, pra a educação infantil e

¹³ Dados atualizados da pesquisa.

fundamental, com destaque para os teóricos, Vygotski, Paulo Freire, Célestin Freinet e Piaget. (Editora Aymar, 2009).

A SMEC elaborou em 2005 as Diretrizes Curriculares Municipais para Ensino da História Afro-brasileira e Africana no Sistema Municipal de Ensino de Salvador, objetivando reparar e promover os direitos culturais e educacionais do povo na sua diversidade e diversidade (SMEC, 2005). Também a partir do Projeto Escola Plural: A Diversidade Está na Sala de Aula em parceria com a colaboração do movimento negro e apoio do CEAO/CEAFRO¹⁴, UNICEF e Fundação Ford, produziram um manual de apoio ao professor(a) que possibilita inicialmente a aquisição de conhecimento acerca da história da África, africanos e afrodescendentes, que de certa forma oportuniza trabalhar com o patrimônio cultural material e imaterial da comunidade. A Escola Comunitária de Bom Juá contempla a Lei 10.639/03 em seu projeto para oferecer “[...] igualdade de oportunidade e equidade na relação pedagógica, tratando os diferentes de forma diferente, dando mais a quem tem menos [...]” (PPP da escola Comunitária de Bom Juá (2010). Contudo é digno de nota que igualdade de oportunidade no que diz respeito a questão do racismo, devemos ir além, buscando não tratar os diferentes de forma diferente, afinal o que devemos entender a diversidade da sociedade brasileira e a cultura de base africana existente na comunidade.

Pensar uma pedagogia afrodescendente, é pensar a integração. Vimos no decorrer desse texto como e através de que o afro-soteropolitano reivindicou sua africanidade, com o corpo e a música. É a *práxis* de base africana, que não deixa lugar para a dicotomia entre teoria e prática, alegria e tristeza. É transversal e interdisciplinar capaz de se manifestar na diáspora com a religiosidade e cultura resignificados, e da ancestralidade. A ética afrodescendente se assemelha a africana na organização do candomblé, irmandades, associações, movimento negro, como na África em Salvador

A ética, na África Negra, consiste, portanto no reconhecimento da unidade do mundo e do agir para manter o equilíbrio das forças, a ordem e a estabilidade. Desta concepção deriva a idéia de sagrado, fulcro de toda a vida africana, onde cada ser, cada coisa, tem uma força vital, portanto de

¹⁴ Centro de Estudos Afro-Orientais/Programa de Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero.

energia divina; onde o homem está ligado ao planeta, ao animal, aos seus semelhantes, vivos, mortos, e ao cosmos através do reino vital, e a Deus através do sacrifício ritual.” NGHOENHA (2005, p.64)

Ngoenha (1993) no seu livro *Filosofia Africana: das independências a liberdade* nos mostra como os pensamentos filosóficos alijaram o continente africano desde Sócrates até a teologia da libertação. Ele postula que deve ser feito um exame analítico da relação entre a história e a não história. Revisar a antropologia, a etnologia, o humanismo, o iluminismo, o substancialismo, o cristianismo, a modernidade, a pós-modernidade, o conceito de humanidade e selvagem atribuído aos outros povos.

TENTANDO CONCLUIR: MOTIVAÇÕES PARA PROPOR UMA PEDAGOGIA AFRODESCENDENTE

Evidenciamos as correntes teórico-filosóficas na Escola Comunitária de Bom Juá. Na comunidade a presença de um patrimônio cultural material e imaterial de base africana, que se constituiu com a solidarização, comunalidade, famílias extensas desde a década de 40 e 50 com a migração de descendentes de africanos a partir da decadência econômica do Recôncavo e da crescente industrialização em Salvador, e na formação de grupos de jovens, crianças e adultos (associação de moradores) e grupos de samba junino. Na pesquisa de campo identificamos as ressignificações desse patrimônio nesse território, por isso uma proposta de educação afrodescendente. Encontramos uma filosofia pautada na teologia da libertação que teve uma contribuição significativa para vida da comunidade. Contudo essa não visibilizou o legado africano nem que a comunidade sofre com a segregação nos espaços urbanos e racismo antinegro.

O desafio é como a partir da dissertação e da observação do Projeto Político Pedagógico em prática, será possível propor uma educação em favor da diversidade, de acordo com as diretrizes que contemple e ensino da cultura afro-brasileira e africana propostas pela SMEC, atentando para a especificidade de um território de maioria afrodescendente não neutralizando, nem universalizando sua prática, mas reconhecendo o princípio da filosofia de base africana o qual define o patrimônio cultural material e imaterial

dessa comunidade, as pessoas, a forma de viver em comunidade, a vizinhança e a realização de festividades. Onde podemos dizer que tudo é energia e se relaciona com tudo. Os homens são soma de energia emergente da energia divina e faz parte da natureza. O corpo é veículo para relação entre Deus e os homens e mulheres. A música, o corpo e os rituais são veículos dessa relação isso é sinal de africanidade. É necessário por em prática esses princípios, sem dicotomizar o conhecimento primando também pela visão de mundo da própria comunidade.

É precioso discutir as bases teóricas da educação que se apresentam na Escola supracitada que se afirma sócio-interacionista e as do Projeto Cidade Educadora, comprado pela SMEC que tem em seu bojo o projeto África. Como desenvolver o projeto África se a coleção se define com um conceito de transdidática, não discutido academicamente, além de expressar que tem bases teóricas variadas e mostra atividades culturais no livro denominado diário de bordo, com atividades culturais de Pernambuco. É necessário ver em que medida essas teorias são desenvolvidas nessa escola, nesse projeto e como elas podem contemplar uma pedagogia que valorize o legado africano e patrimônio material cultural infantil e da comunidade na escola. Finalizando o que me deu a condição de perceber muitas nuances e manifestações culturais de base africana na comunidade, foi utilizar a metodologia afrodescendente de pesquisa, que me faz uma pesquisadora de dentro, que conhece a comunidade e sua cosmovisão. Diferente do etnólogo não precisei criar vínculo com o *locus* da pesquisa, porque lido com questões específicas e conheço a cosmovisão da comunidade, além da afrodescendência, história africana, ancestralidade o que me faz melhor entender a presença da cultura de base africana na comunidade. Dessa forma podendo propor diante do exposto um pedagogia que contemple o legado africano do bairro.

REFERÊNCIAS

CUNHA Jr. Henrique. Africanidade, Afrodescendência e Educação. In. **Revista Educação em Debate**. v.2. n.42. ano 23. Fortaleza: Editora UFC. 2001.



_____. Africanidade, Afrodescendência e Educação In: **Revista Educação em Debate**. v.2. n.42. ano23. Fortaleza: Editora UFC. 2001.

_____. Identidades Negras e Bairros Negros: refletindo sobre o pensamento negro em educação. In: José Gerardo Vasconcelos e José Rogério Santana (Orgs.) **Pensamento Pedagógico Hoje. Coleção diálogos Intempestivos**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. Afrodescendência e Espaço Urbano. In CUNHA Jr, Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha (Org.) **Espaço Urbano e Afrodescendência: estudos da especialidade negra para o debate das políticas públicas**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

DEGOLI, Vincenzo. **Bom Juá' Trent' Anni dopo. Evoluzione di una Periferia (2005-2006)**. Tese de Doutorado. Università' Degli Studi di Milano. Facoltà di Lettere e Filosofia.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOSS, Carine Pereira; Kelly PRUDÊNCIO. O conceito de Movimentos Sociais Revisitados. In. **Revista Em Tese**. V.2, nº 1. Jan-jul. p. 75-91, 2004.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. 2ª Edição. Salvador: EDUFBA. 2000.

MOORE, Carlos. A África e o Brasil sob a Ótica de Interesses Divergentes. In **A África que Incomoda: sobre a polemização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo horizonte. Nandyala. (Coleção Repensando a África Volume I), 2008.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana: das independências às liberdades**. Maputo: Edições Paulistas. 1993.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR. 2003.

PELLEGRINI, Giacomo Corna. **Bom Juá: um estudo de geografia urbana – periferias urbanas do terceiro mundo**. Tradução Breno Raigorowski. Salvador: Associação de Moradores de Bom Juá. 1982.

RAMOS, Maria Estela Rocha. Origens da Segregação Espacial da População Afrodescendente em Cidades Brasileiras. In: **Espaço Urbano e Afrodescendência: estudo da especialidade negra para o debate das políticas públicas**. CUNHA Jr. Henrique e RAMOS, Maria Estela Rocha (Orgs.). Coleção Diálogos Intempestivos. n.44. Fortaleza: Edições UFC. 2007.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 8ª Edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 14ª Edição. Petrópolis, RJ. 1978.



SILVIA, Célia Cris. **Diário de Bordo do Professor**. Curitiba: Aymar, 2009.

SMEC. **Diretrizes Curriculares para as Diretrizes Curriculares Municipal para Ensino da História Afro-brasileira e Africana no Sistema Municipal de Ensino de Salvador**. SMEC. Salvador: 2005.

SOUSA JR, Wilson Caetano. **Nag: a nao de ancestrais itinerantes**. Salvador: Editora FIB. 2005.

SOUZA, Juliana de. **Memórias e histórias negras da cidade de Carapicba-SP [manuscrito]: uma abordagem para a educao escolar 2010**. UFC. Dissertao de Mestrado.

VIANA FILHO, Luiz. **O Negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão**. Salvador-BA: EDUFBA. 2008.

Recebido: 20/10/2011

Aprovado: 30/10/2011